



**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2023**  
**(Do Senhor DEPUTADO FAUSTO SANTOS JR).**

Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir os crimes de injúria religiosa e de injúria por etarismo.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º** Altera a Lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir o crime de injúria religiosa.

**Art. 2º** O art. 2º da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º- A Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

.....”

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A atividade legislativa nasce das demandas sociais. A cada dia surge uma nova demanda e, por mais ativo que seja um parlamento, estamos sempre atrasados em proteger o cidadão de forma completa.

No dia 10 de março de 2023, assistimos mais um episódio que revoltou a sociedade como um todo. Mais uma forma de discriminação, mais uma forma de hostilização. Dessa vez o foco foi uma mulher de 44 anos de idade, universitária, aluna do curso de Biomedicina, ofendida por três colegas de curso por estar na faculdade aos 44 anos. O vídeo teve grande circulação na Internet<sup>1</sup>.

Neste caso, estamos diante do “bullying” que ultrapassou os limites dos bancos escolares e invadiu as universidades. Esse não é um caso isolado. Segundo especialistas, em matéria divulgada no portal G1<sup>2</sup>: “(...) as

<sup>1</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/video-de-universitarias-do-interior-de-sp-debochando-de-colega-de-40-anos-gera-indignacao-na-redes-sociais/>

<sup>2</sup> <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/03/14/entenda-por-que-bullying-acontece-no-ensino-superior.ghtml>





faculdades brasileiras não estão preparadas para lidar com esse tipo de conflito, por mais frequente que ele seja”.

**No mesmo sentido destaca** Antonio Freitas Júnior, professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP): **“Elas usam ferramentas velhas, balizadas apenas na punição [do agressor]. Só isso não resolve.** Todos os envolvidos vão continuar ali, convivendo nas salas de aula e no restaurante universitário. É preciso recompor as relações interpessoais”.

Ainda no ambiente universitário, pessoas vêm sofrendo também com o aumento da intolerância religiosa. Segundo notícia publicada também em 10 de março de 2023<sup>3</sup>, o preconceito se expande em centros acadêmicos e faz com que muitos alunos sejam censurados. “A intolerância em sala”, na mesma matéria:

“Entre os inúmeros casos, a estudante de Relações Internacionais, Thaís Batista, de 20 anos, relata ter enfrentado diversas situações de desrespeito ao ter a sua fé zombada em sala por colegas de classe e, até mesmo, por seus lecionadores. Piadas e comentários maldosos em relação à sua igreja e seus pastores trouxeram a ela uma situação desagradável quando seu foco deveria ser unicamente o aprendizado sobre a matéria da grade escolar.”

“Foi uma situação complicada, tive que conversar com meus colegas e professor sobre respeito, se diz tanto sobre intolerância religiosa com as religiões de matriz africanas, por que quando é com os evangélicos o tratamento tem que ser diferente?”, relembra ela.

Ainda, na matéria do Portal G1, são descritas as características do “bullying” na faculdade:

- Ser praticado entre pares (por exemplo, entre dois alunos, quando há uma diferença hierárquica, passa a ser assédio moral).
- Ter a intenção de ferir o outro (são ridicularizações frequentes que vão muito além de uma brincadeira boba);
- Colocar a vítima/alvo como alguém com menor valor (a pessoa, inclusive, começa a se ver assim);
- Haver um público que prestigia a agressão (podem ser seguidores de uma rede social, convidados de uma festa ou outros colegas em sala de aula).

<sup>3</sup> <https://www.universal.org/noticias/post/universitarios-cristaos-sofrem-com-o-aumento-da-intolerancia-religiosa>





Sabemos da proteção constitucional à liberdade religiosa, e do direito à educação, independentemente da idade em que se consiga ingressar no ambiente escolar, contudo, acreditamos que esses casos de abuso precisam ser contidos e que o papel do Congresso Nacional é reforçar direitos e estabelecer punições ao abuso de direito.

Dessa forma, consideramos muito importante que a lei que define os crimes resultantes de preconceito e raça ou de cor, Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passe a incluir o crime de injúria religiosa.

Injúria é um dos crimes contra a honra tipificado no Código Penal, artigo 140<sup>4</sup>. Entende-se ofensa que venha atingir a pessoa, em desrespeito a seu decoro, a sua honra, a seus bens ou a sua vida. Ao contrário da calúnia e da difamação, a tipificação do crime de injúria visa proteger a honra subjetiva do indivíduo, a visão, em sentido amplo, que o sujeito tem de si mesmo.

Por essas razões e para garantirmos um ambiente livre de qualquer tipo de discriminação e preconceitos, submeto esta proposição aos demais colegas desta Casa Legislativa, esperando contar com o apoio necessário para sua aprovação.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2023.

  
**FAUSTO SANTOS JR.**  
**DEPUTADO FEDERAL**  
UNIÃO/AM

<sup>4</sup> **Art. 140** - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:  
Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

